

Diversidade sexual: confrontando a sexualidade binária

Sexual diversity: confronting binary sexuality

Regina Figueiredo¹

Resumo

O artigo aborda as origens da construção do padrão de classificação binária da sexualidade humana, apresentando as diversidades sexuais e de gênero humanas, registradas pelas Ciências Sociais ao longo da História. Sistematiza as ocorrências de diversidade sexual nas categorias: diversidades do sexo físico-biológicas; diversidades relativas à identidade de sentimento, autopercepção e classificação enquanto expressão de gênero; e diversidades de orientação dos afetos, desejos e parcerias sexuais. Com isso, visa difundir conhecimentos e facilitar a compreensão das discussões e propostas políticas, inclusive da área da Saúde, que têm o intuito de incluir e garantir plenos direitos a todos os indivíduos, incluindo aqueles que vivem a sexualidade de forma diversificada ao padrão binário e heteronormativo creditado pelo senso comum.

Palavras-chave: Ciências sociais aplicadas; Saúde; Diversidade sexual; LGBT.

Abstract

This article discusses the origins of the constructed pattern of binary classification of human sexuality, presenting the human sexual and gender diversities, recorded by Social Sciences throughout History. It systematizes occurrences of sexual diversity in the following categories: physical-biological sex diversity; diversities related to identity feelings, self perception and classification as a gender expression; and diversity of affection orientation, desires and sexual partnerships. With that, it seeks to propagate knowledges and facilitate the comprehension of political discussions and propositions, including from the field of Health, that mean to include and guarantee full rights to all individuals, including those who live their sexualities in forms diverse from binary and heteronormative standards credited by common sense.

Keywords: Applied social sciences; Health; Sexual diversity; LGBT.

Introdução

Quando falamos em diversidade sexual, recorremos ao vasto campo da sexualidade, que historicamente tem agrupado temas muito diversos. Ele abrange desde a discussão sobre o sexo biológico, das parcerias sexuais, os discursos sobre reprodução, como das formas de conjugalidade vividas pelas sociedades humanas, da composição familiar e que, posteriormente (com a influência freudiana), integraram as discussões sobre os impulsos e desejos, do prazer e das sensações; até,

atualmente, a abordagem da formação cultural das pessoas para exercer papéis femininos ou masculinos e suas identidades com relação a esses papéis (identidade de gênero), a maneira como as relações desses gêneros se dão e o quanto estão entrelaçadas aos sexos biológicos – já que há pessoas com diferentes identidades e expressões sexuais. Tal diversidade de abordagens torna os temas que rondam a sexualidade não apenas objeto de discussões confusas e controversas – uma vez que se refere a aspectos vividos de diferentes maneiras por todos os indivíduos –, como também de disputas de poder e de concepções ideológicas¹.

Em vista disso, esse artigo pretende abordar a sexualidade a partir do prisma das diversidades sexuais, expondo suas características e

¹ Regina Figueiredo (reginafigueiredo@uol.com.br) é socióloga, Mestre em Antropologia e Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisadora do Instituto de Saúde e membro do Comitê Técnico de Saúde do Adolescente e do Comitê de Saúde Integral da População LGBT da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP).

sua presença nas sociedades humanas, visando a facilitar a compreensão das discussões e propostas políticas, inclusive de saúde, que se encontram em voga com o intuito de incluir e proporcionar cidadania a todos os indivíduos.

O pensamento binário

De forma geral, as pessoas tendem a classificar a sexualidade e o sexo a partir de duas categorias binárias: macho/fêmea, homem/mulher, feminino e masculino. Por quê?

Em suas pesquisas observando crianças, Piaget² concluiu que a fala, assim como outras formas de linguagem, criam as categorias de pensamento que as pessoas utilizarão para se comunicar, o que denomina “pensamento inteligente”. Assim, a forma como apreendemos a realidade se inicia como uma “rotulação” e vai se sofisticando na classificação das coisas, que, após mais ou menos os sete anos de idade, se torna cada vez mais complexa. Não à toa, a partir daí as crianças começam a perguntar muitos porquês – momento em que passam a ter noção de causalidade: a compreender que tudo é causado por algo ou algum motivo. Conforme a realidade se apresenta, portanto, os seres humanos se ajustam intelectualmente, criando consciência e passando a pensar cada vez mais abstratamente, a ponto de poder, lá pelos dez anos, passar a fazer conjecturas e a qualificar a realidade, mesmo com coisas que não sejam apresentadas concretamente.

Assim, a mente vai formando “esquemas”, que são as formas de organizar o pensamento³. Com relação a diversas categorias, esses esquemas partirão da observação da realidade e formarão módulos binários: grande-pequeno, criança-adulto, homem-mulher, noite – lua, etc. Wallon⁴ aponta que essa binariedade é uma das principais características da sofisticação do pensamento que

nomeia as coisas, servindo para estabelecer comparação entre a pessoa e os objetos, entre ela e as outras pessoas e entre os objetos entre si.

O antropólogo Lévi-Strauss⁵, analisando a cultura de diversas sociedades, também conclui que a racionalidade humana funciona à base de oposições binárias, que formariam estruturas da mente, denominadas por ele como “lógica do concreto”, que faz uma organização intelectual a partir da experiência afetiva da realidade. Por isso essa forma de classificação é um dos aspectos mais frequentes do senso comum, o que Galvão⁶ nomeou “bipartição como pensamento semiológico” e que não se instrumentaliza por uma lógica abstrata, mas sim referenciada no concreto e por isso enormemente presente em nossa sociedade.

Com relação à simplicidade desse tipo de construção do pensamento e, portanto, de percepção do mundo, Burigo⁷ chama a atenção dos perigos iminentes nessa forma de encarar a realidade, uma vez que segundo ela “pensamentos pautados em conceitos binários são facilmente – e perigosamente – petrificantes”, ou seja, não só advém da apreensão simples do concreto, mas também tende a concretizar como “verdade” as categorias binárias pensadas, compreendendo-as como “dois elementos supostamente complementares, ou por duas faces presumivelmente opostas, ou ainda por duas partes hipoteticamente distintas”.

Nessa reflexão pode-se pensar essa distinção como “valorativa”, na medida em que transpõe uma “sensação” que pode ser de complementariedade (exemplo: baixo-alto), mas a valoração pode ser transformada na oposição bem-mal, ganhando esses aspectos simbólicos do que seria positivo ou negativo dentro do binário, transferindo o bem-mal para seres imaginários: deus-diabo, para aspectos da vida: espírito-carne, cultura-natureza; e até para relações:

homem-mulher ou masculino-feminino. Por isso, Burigo⁷ chama a atenção de que esses maniqueísmos são bastante presentes também na forma de classificação de elementos pela moral, incluindo a sexualidade, que passam a ser entendidas também a partir das sínteses binárias, discriminando as diversidades.

Algo que não se encaixa nessa abordagem é considerado fora de lugar, incerto, errôneo, desequilibrado, perigoso, anormal e não natural. Da mesma forma, em seus estudos sociológicos, Piaget⁸ aponta que essas representações de mundo se impõem tanto sobre os comportamentos individuais quanto no comportamento coletivo, transformando-se em prática. Por isso, as categorias intermediárias, como “médio” (nem grande, nem pequeno), “adolescente” (aquele que não é nem criança e nem gente grande), etc., também vão ser criadas por uma sofisticação da realidade que se apresenta à observação e que para serem pensadas precisam estar igualmente presentes para o “senso comum” para serem percebidas, servindo para organizar o pensamento e, portanto, novas práticas; elementos “intermediários” invisíveis ou até invisibilizados terão dificuldade de ser entendidos.

Pensamento binário em oposição à diversidade sexual

Será a antropóloga americana Gayle Rubin quem primeiro irá sistematizar o questionamento da binariedade na sexualidade, quando cunha o sistema “sexo/gênero”. A autora deduz que a sociedade amplia o sexo biológico em um sistema de classificação cultural dos comportamentos de mulheres e homens, criando convenções do que deveria ser feminino e masculino, respectivamente ao sexo biológico⁹.

Nesse sentido, Rubin⁹ denuncia que esse sistema binário tem servido para gerar desigualdades

e a perpetuação de um modelo social patrimonial patriarcal que beneficia os homens. Esta reflexão se alinha às conclusões de Foucault¹⁰, que afirma que a sexualidade é um dispositivo de poder que está impregnado de relações assimétricas entre os sexos.

Loyola¹¹ aponta que as ciências, em geral, vêm abordando a sexualidade através de dois ângulos básicos: pela Biologia e/ou Medicina reprodutiva e por trabalhos apoiados nas Ciências Humanas. Nesse sentido, a Biologia tende a encarar a sexualidade pela ótica evolucionista do instinto da reprodução da espécie, pouco estudando a esfera erótica e relacional; já as Ciências Humanas abordam a sexualidade como expressão social e/ou psíquica, dando ênfase à diversidade de comportamentos, códigos e ao erotismo¹¹. Essas duas abordagens não costumam dialogar, por isso há pouca disseminação dos estudos sobre as diversidades, uma vez que são os estudos das Ciências Biológicas os que ganham mais difusão na sociedade pela prática da Medicina reprodutiva, reforçando a abordagem binária.

Considerando as ocorrências da sexualidade humana em suas diversas expressões já observadas pelas Ciências Humanas, principalmente pela Antropologia, verifica-se que a sexualidade é uma construção sociocultural. Isso significa que vai muito além da biologia e da reprodução¹². Mesmo se considerarmos os instintos básicos de reprodução, Mead¹³ demonstra que os elementos da cultura modelam as tendências sexuais, como observamos nas diferentes formas fazer e viver o sexo, a maternidade e a paternidade; ou seja, como aponta Loyola, na “na espécie humana esses processos são separados”¹¹ (p.30) e há, como concluiu Mead, uma “plasticidade das tendências instintivas”¹³ (p.22).

Por isso, apesar dos aspectos biológicos serem inerentes à sexualidade, eles não

regulam a maneira como a sexualidade humana será vivida por uma determinada pessoa ou comunidade, inclusive porque na maioria das vezes essas vivências não se traduzem em eventos reprodutivos. Assim, a diversidade sexual humana pode ser dividida, de forma simplificada, conforme três aspectos básicos: a) diversidades do sexo físico-biológicas; b) a diversidade da identidade de sentimento, autopercepção e classificação enquanto expressão de gênero; c) a diversidade de orientação dos afetos, desejos e parcerias sexuais.

Essas diversidades estão registradas em provas arqueológicas (ossadas, artefatos, etc.), documentos históricos, incluindo relatos de viajantes e mitos, que vão desde 10.000 anos atrás, até a constatação prática nos dias atuais, portanto, aponta-se a importância de se reconhecer a sua “universalidade temporal e espacial”¹⁴. De forma similar, Moreira Filho e Madrid¹⁵ referem essa diversidade também no comportamento de outros animais, conferindo que, neste sentido, sua existência é “natural”.

Obviamente, existem inúmeras formas de classificar essa diversidade, modos nativos de cada povo como apontou Fachini e França¹⁶, mas, além da descrição das diversidades biológicas, utilizaremos aqui as diversidades de gênero e orientação sexual que estão em voga, principalmente as utilizadas pelos próprios movimentos de militância LGBT no Brasil para se autodescreverem¹⁷.

**– diversidades biológicas na sexualidade:
sexos e intersexos:**

A medicina aponta que além da ocorrência biológica de sexo biológico fêmea formado pelos cromossomos XX e macho, pela junção XY, os intersexos ou pessoas com “estados intersexuais”, popularmente denominadas hermafroditas, atingem cerca de 0,05% a 1,7% da população mundial, segundo a Organização das Nações Unidas

(ONU)¹⁸. Isso significa apenas no Brasil, cerca de 104.000 a 3.535.000 pessoas, se considerarmos a população atual de mais de 208.000.000 de habitantes¹⁹.

Diferentemente do que muitos pensam, esses casos de intersexualidade não são associados automaticamente ao que se denomina como “falsos hermafroditas”, ou seja, aqueles XX ou geralmente XY que não tiveram seu desenvolvimento fisiológico completo, mas que podem ser observados em análise cromossômica que confirma o XX ou XY. Existem efetivamente indivíduos da espécie humana que biologicamente não se enquadram no dualismo macho/fêmea e apresentam outras conformações cromossômicas que determinam o sexo biológico, como os indivíduos apenas X, que ocorre em 1 a cada 3.000 fêmeas nascidas²⁰, outros XXY, presentes em 1 a cada 660 indivíduos nascidos machos, às vezes configurados também XXXY²¹. Considerando essa grande frequência, não à toa, várias culturas registram a ocorrência da intersexualidade entre seus membros.

Essas intersexualidades foram, tanto durante a Antiguidade, quanto em várias sociedades não europeias, denominadas como “androgínia” (o ser uno homem-mulher), fenômeno associado a seres míticos com poder de proteger o amor, a sexualidade não procriativa e o controle das doenças sexualmente transmissíveis¹⁴. Por esse motivo, indivíduos intersexos recebiam posições sociais especiais, como as de sacerdotes ou xamãs^{14,22,23}. Em oposição, principalmente a partir da Idade Média, as sociedades europeias passaram a considerar essas pessoas como uma “aberração” e portanto sujeitas à desclassificação, pela exibição pública para escárnio, ou à eliminação pela exclusão pública e morte, como mostrou Foucault^{10,24}. Posteriormente, a partir da Idade Moderna, como cita Machado²⁵, passaram a ser alvo da intervenção da Medicina visando à

“correção” de suas condições, uma vez que passaram a ser classificadas como portadoras de anormalidade e/ou síndrome.

Nesse sentido, essa caracterização pode determinar toda uma forma de lidar com essas pessoas, desde o nascimento até durante toda a sua vida.

– diversidades de gênero na sexualidade: travestis, transexuais, transgêneros:

Considerando as convenções sociais que classificam as formas de ser e agir conformadas ao padrão binário biológico macho-fêmea, surgem as expectativas das performances de gênero masculino e feminino, naturalizadas pela expressão biológica. A sociedade “cria” sobre sua leitura concreta e binária sobre os sexos as categorias de gênero, esperando que os indivíduos assim se conduzam¹⁶. O não cumprimento ou convergência com essas expectativas, apesar de bastante relatado pelas culturas casos de não correspondência macho-masculino e fêmea-feminino.

O antropólogo Marcel Mauss²⁶, estudando as culturas, aponta que o próprio corpo (gestos, expressões), assim como padrões de adoração, roupa, etc., são utilizados pelos povos para expressar padrões culturais e, portanto, papéis sociais femininos ou masculinos. Nesse sentido, considerando a percepção do indivíduo sobre si mesmo e as regras culturais que o cercam, formas de diversidades de gênero na espécie humana são verificadas não só quanto ao mesmo sexo, quanto à autoidentificação e comportamento e vestuário e que geralmente se expressam desde a infância, como se observam no travestismo e na transexualidade.

O travestismo é descrito como a situação em que o indivíduo se adorna, se apresenta ou se comporta como gênero oposto ao seu sexo biológico. Assim, fêmeas biológicas começam a

adotar padrões, comportamentos, roupas, adornos do universo masculino; ao contrário, pessoas que nascem machos biológicos adotam os padrões femininos.

Segundo Mott¹⁴, a presença dessa diversidade de comportamentos de gênero está registrada firmemente não apenas na Antropologia, mas também nos documentos de conquista da América, África, Ásia e Oceania, a partir das grandes navegações do século XV. Também Mead¹³, estudando índios norte-americanos, demonstrou a diversidade de comportamentos e temperamentos diversos entre homens e mulheres e que não se confirmavam às expectativas do padrão mulher-meiga e homem-rude do padrão dos “civilizados” norte-americanos. Da mesma forma, a própria cultura europeia ocidental regista a ocorrência do travestismo até entre imperadores romanos, como Heliogábalo (203-222 d.C.)²⁷, além de descrevê-la na colonização da América do Sul, entre os índios guaicurus, mbyás, kaduweu, etc., onde se observaram homens que imitavam, se vestiam ou assumiam ocupações femininas²⁸.

Além do travestismo, registra-se também a transexualidade, quando se ocupa não só apenas da aparência mas também se assumem identidades relativas ao outro sexo biológico, como ocorreu na colonização da África, onde havia mulheres que se portavam como “guerreiros” e como “reis”, assim como entre os índios brasileiros tupi-nambás, onde mulheres que assumiam tarefas e jeito de ser masculinos e, entre os guaiakiu, onde homens que não caçavam “viravam” mulheres²⁸.

Esses registros de sociedades tribais não permitem aprofundar o conceito de identidade de gênero na qual essas pessoas se autclasificavam, mas foram geralmente descritos por viajantes ou visitantes, ou seja, “outros” que os classificavam. Porém, a definição do sentir-se de outro sexo e chegar a querer não apenas se adornar, mas identificar seu corpo propriamente

e convertê-lo em outro sexo, ganha espaço com as conquistas cirúrgicas das sociedades urbanas modernas, principalmente após a Segunda Grande Guerra Mundial²⁹, onde se torna possível a extração de seios, de pênis e as cirurgias de transexualidade fundamentais para a separação das categorias travestis e transexuais. Antes disso, historicamente só se registra a eliminação do pênis entre eunucos por motivos não associados à diversidade de gênero.

A ocorrência do travestismo é calculada por Meyer e colegas³⁰, em 1 a cada 11.900 homens e 1 a cada 30.400 mulheres. Já a transexualidade, ou seja, a tendência de sentir-se e, até, querer se tornar fisicamente do outro sexo biológico, teria prevalência geral de 8,18 em cada 100.000 pessoas (0,008%), com uma relação homem/mulher de 4/1 casos, segundo referido por Athayde³¹.

É importante ressaltar que toda essa diversidade de gênero não se constitui como um problema para vários povos. Fernandes²⁸ aponta que, em cerca de 40% das sociedades em que houve registro de comportamento diverso da forma binária, não há nenhuma repressão social, mas apenas reclassificações das funções e papéis desses indivíduos, dirigindo-os ao desempenho de funções mais compatíveis com o seu comportamento.

Ao contrário, a cultura majoritária ocidental de origem judaico-cristã adotou a repressão, opressão e eliminação desses comportamentos vistos como desviantes, chegando a considerá-los indesejáveis. Assim, passou tanto a expô-los não só à discriminação, quanto a uma extrema violência que se inicia dentro da própria família e se perpetua em todas as instituições sociais – o que justifica o registro do grande número de ocorrências de violência verificadas atualmente no Brasil³², país que ocupa primeiro lugar no assassinato de transexuais.

Apesar disso, movimentos de direitos de transexuais têm conseguido vitórias nas políticas públicas como as cirurgias de redesignação sexual e hormonização gratuitas instituídas no Brasil por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS) de 2006³³.

– diversidade de orientação de afetos e desejos na sexualidade: gays, lésbicas, bissexuais e assexuais:

A prática sexual vista na concepção cultural binária por um enfoque exclusivamente de reprodução, tende a entender a sexualidade como associada “naturalmente” às práticas heterossexuais, ou seja, homens e mulheres que se parceirizam para fins reprodutivos. No entanto, considerando as parcerias sexuais e afetivas observadas e registradas milenarmente entre os povos humanos, a experiência humana registra incontestavelmente, em todas as sociedades conhecidas, parcerias homossexuais, do tipo mulher-mulher e homem-homem, como também indivíduos variam nessas parcerias, ou as praticam conjuntamente, os bissexuais.

Tais práticas foram muito bem registradas nas civilizações euroasiáticas antigas, incluindo nossas antecessoras culturais Grécia e Roma, bem como no “Kama Sutra” indiano escrito entre 100 e 400 d.C., também na China³⁴; assim como em relatos pelos “descobridores” do continente em diversos grupos indígenas da América do Norte, Península Mexicana, América Central, Região da Colômbia e Venezuela e na América do Sul Andina, Selva Amazônica e povos do leste brasileiro.

Os levantamentos de Mott¹⁴ apontam que, pelo menos em 79 etnias nativas brasileiras encontradas pelos portugueses na época da Colonização do país, havia termos específicos para a designação de tais práticas tanto entre homens, como de mulheres homossexuais, parcerias não

só com objetivos sexuais, mas também para o estabelecimento de residência e casamentos ritualizados.

Conforme levantamento de Kinsey³⁵, o primeiro a realizar um levantamento científico sobre essas práticas sexuais e afetivas, as práticas homo ou bissexuais alcançam de 6 a 10% da população dos países ocidentais, sendo portanto recorrentes na sociedade. Quanto ao desejo de mantê-las, autores como McConaghy e colegas³⁶ apontam que atinge aproximadamente 22% da população em algum momento da vida. Nesse sentido, a diversidade de desejo sexual também é facilmente observável nas sociedades em que não seja fortemente recriminada. Entre os índios brasileiros, como observou Mott¹⁴, não havia tendência à perseguição a quem realizava essas práticas, sendo que esses indivíduos eram integrados à sociedade, conformando casais homossexuais ou funções distintas e específicas, como a de pajé.

Quanto à aceitação ou não dessas parcerias, percebidas geralmente após a puberdade, existe, da mesma forma, uma variação enorme de respostas tal como as outras diversidades sexuais já descritas. Ao mesmo tempo em que existem sociedades que as consideram natural e até desejável, outras impõem a esses indivíduos uma série de recriminações que vão desde a simples repreensão, até condutas mais drásticas, como a sua proibição com penalidades severas que podem chegar à pena de morte ou à atribuição desses comportamentos a distúrbios físicos e psicológicos, tal como fez por tanto tempo a Medicina Ocidental, que promoveram um verdadeiro “caça às bruxas” e situações de confinamento e extermínio dessas pessoas nos últimos séculos³⁷.

Essa repressão vem sendo combatida à medida que as noções de direitos humanos se ampliaram e incluíram os direitos sexuais e

reprodutivos e a vivência da sexualidade como direito individual inalienável integrando as reivindicações de grupos organizados de gays e lésbicas que se fortaleceram com combate à aids, a partir dos anos de 1980³⁸.

Também recentemente, o grupo de pessoas assexuais tem se apresentado, ou seja, indivíduos que não têm desejo, atração ou necessidade da prática sexual e que, por este motivo, podem ficar sem parceiros ou desenvolver parcerias afetivas sem fazer sexo.

Binariedade, Controle e Poder

A Civilização Ocidental, com forte influência do pensamento religioso judaico-cristão, adota como base da existência humana, a binariedade carne-espírito, originária do pensamento platônico³⁹. Esta concepção encara a carne (corpo) e seus desejos e satisfações como uma indução ao mau comportamento, portanto, desejáveis de controle, para deixar o espírito livre, “puro” e guiado pelo domínio das ideias, pela razão. Assim, os sentidos e expressões da sexualidade são vistos como “perigosos” e devem ser evitados e só utilizados para a procriação, tida como um “mal necessário” à perpetuação da espécie e das famílias, portanto uma sexualidade eminentemente heterossexual associada aos binômios macho/fêmea e masculino/feminino, respectivamente.

Nessa concepção dominada pela percepção da sexualidade como reprodução, as práticas sexuais diversas da prática heterossexual e/ou que visem apenas ao prazer são rejeitadas e marginalizadas e unificadas na categoria de “mal”, oposta às boas práticas que seriam o “bem”, as “certas” em oposição às “erradas” e, depois, com a adoção da linguagem organicista da Medicina, como práticas “normais” versus as “anormais”.

Quadro 1: Discurso binário na sexualidade

Bem/Certo/Normal	Mal/Errado/Anormal
- sexo para a reprodução	- sexo para o prazer, o relaxamento, etc.
- indivíduos machos com pênis <i>versus</i> fêmeas com vagina e seios	- hermafroditas e intersexos
- estereótipo de comportamento macho/fêmea, em padrão masculino <i>versus</i> padrão feminino	- diversidade de identidades e comportamentos: travestis e transgêneros, transexuais
- prática sexual pênis-vagina	- diversidade de práticas sexuais, anal, oral, masturbação
- parcerias heterossexuais	- parcerias diversificadas, homossexuais e bissexuais e/ou não parcerias (assexuais)
- parceria familiar: marido-esposa, virgindade antes do casamento	- parcerias diversas: adolescentes que fazem sexo, sexo entre solteiros, separados, com profissionais do sexo, assexuais que não querem sexo/casamento

Dessa forma, corpos intersexos, práticas de expressão das diversas ligadas à transexualidade, transgeneridade e travestismos, como associadas à homossexualidade feminina ou masculina passam a representar padrões fora do modelo preconizado, e, como afirmou Perlonguer⁴⁰, quanto à homossexualidade, vistas como “polo de transgressão da ordem sexual vigente” (p.11), transformadas em imoral. Os sujeitos da diversidade passam a ser discriminados e a correr risco de violência e humilhação pelo rompimento das normas sociais⁴⁰.

Nesse sentido, registros do uso da opressão sobre as sexualidades diversas estão presentes ao longo da História. Godelier⁴¹ verifica que esse uso ocorre principalmente em sociedades com estados e/ou modelos de poder monogâmicos e patriarcais, onde o controle da sexualidade é utilizado, mesmo que no modelo binário. A sexualidade feminina e a dos indivíduos com práticas não heterossexuais são submetidas ao poder ordenador masculino heterossexual que seria o “natural” e, inclusive, indicado por Deus nos “Estados Teológicos”. Ou seja, tal como diz Godelier⁴¹, em sociedades onde:

“...existe a dominação dos homens sobre as mulheres e onde se exercem em permanência formas particulares de violência ideológica social e material dos homens sobre as mulheres, a sexualidade é, sem cessar, solicitada a manter um discurso que faça aparecer esta legitimação como perfeitamente legítima aos olhos dos homens que a exercem e das mulheres que a sofrem” (p. 353).

Moreira Filho e Madrid¹⁵ apontam que as primeiras leis de repressão à prática bi e homossexual foram escritas no século V pelo Imperador bizantino Justiniano (522 a.C). A alegação é que essas práticas não eram aceitas pelo Deus cristão, adotado em Roma desde o ano 300, por isso, quem as realizasse deveria ser condenado à fogueira ou à castração. Com maior poder de extensão, a Igreja Católica que reprovava a homossexualidade (bem como outras atividades sexuais como a masturbação), desde sua institucionalização em Roma, disseminou a orientação a partir do Concílio de Latrão de 1179, de excomungar quem a praticasse¹⁵. Nesse sentido, reis, imperadores e senhores feudais, a partir dos séculos XII

e XIII iniciam na Europa uma repressão maciça à diversidade sexual, incluindo o ataque à homossexualidade e a outras “heresias”, que culminaram com a fase de terror dos tribunais da Santa Inquisição da Igreja Católica no final da Idade Média e se perpetuou frente à criação dos principais centros urbanos europeus e colônias conquistadas na África e América. Essa prática veio junto à regulação de casamentos e ao registro documental das uniões conjugais pelas igrejas locais, como refere Zeldin⁴².

Segundo Mott¹⁴, apenas na Inquisição Portuguesa, que registrava os processos também das colônias de Portugal, como foi o caso do Brasil, há mais de 4.000 processos, quase 10% deles por denúncias de sodomia, como se denominava o sexo anal; outras denúncias também atingiam práticas sexuais realizadas por lésbicas, todas punidas com degradações¹⁴ e/ou cárcere e sequestro de bens. Assim, o discurso e o comportamento discriminatório dos colonizadores são adotados não apenas nas atitudes do dia a dia, mas também institucionalmente: inicialmente, pelos tribunais da Inquisição Portuguesa ou Espanhola, que apenas no Brasil registraram-se 283 casos de prática homossexual¹⁴; além de, posteriormente, ter sido assimilado em legislações dos poderes públicos coloniais locais.

Foucault²⁴ aponta que essa discriminação da diversidade sexual passa a ser encampada pelos médicos e cientistas, a partir do século XVIII, quando esses grupos se legitimam no poder estatal e nas elites frente aos discursos de urbanização e higienismo que deram início às intervenções de Saúde Pública do século XIX, transformando os antigos códigos punitivos em propostas de cura dos que eram considerados “desviados” e “invertidos sexuais”¹⁴. Enquanto especialidade que têm poder de transitar entre o espaço público e o privado, a discriminação e o controle, antes feito por instituições externas

à família passa a ser incorporado nessa instituição, também nas escolas, aumentando e facilitando o controle do que Foucault denomina como controle de corpos²⁴.

Segundo Zeldin⁴², esse controle tem objetivos não apenas individuais, mas também políticos, uma vez que exclui indivíduos do espaço público e, portanto, também do exercício e domínio da cidadania:

“As forças do sexo, que são capazes de estimular a abnegação, afiguram-se destrutivas, sendo melhor excluí-las da arena pública e relegá-las à privacidade do lar” (p.130).

Showalter⁴³ relata, que no século XVII, com o aumento da vida urbana e a Revolução Francesa, diversas reivindicações políticas por mais liberdade individual e participação política. Assim, a abertura política do final do século XVIII, trouxe reformas e novas legislações que incluíam reivindicações das mulheres: questionam-se o casamento eterno, a heterossexualidade compulsória, etc. Isso fez com que os termos “feminismo” e “homossexualismo” passassem a ser utilizados e difundidos⁴³. A homossexualidade começa a ser definida e a ganhar identidade e “a ter sua própria voz, a forjar sua identidade e cultura, muitas vezes nos mesmos termos exatos com os quais havia sido marginalizado”⁴³ (p.30-31).

Porém, como afirma Showalter⁴³, esses movimentos geram reações de reafirmação da importância da família contra a decadência sexual se constituindo em campanhas pela “pureza social” (p.15-16), isso geral também conforme o autor uma reação pública conservadora a respeito da prostituição e da epidemia sexual de sífilis, modificando o discurso da sexualidade, do corpo e da enfermidade (p.16).

Assim, a homossexualidade e comportamentos de diversidade sexual passam a ser patologizados, e o esforço de delimitar homossexualismo

masculino estende-se à esfera legal⁴³, o lesbianismo é incluído como perversão sexual que classifica as mulheres altamente sexualizadas⁴⁴. Essa patologização, no entanto, não exerce orientação para a inclusão social desses indivíduos. Será a psicanálise, no final do século XIX que irá desempenhar um papel fundamental para a integração social e despenalização da homossexualidade, influenciando a área da medicina e da saúde até que essas concepções venham a ser modificadas⁴³.

Na década de 1970, a homossexualidade sai do código de transtorno de várias associações de Psicologia e Psiquiatria. No Brasil, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria posicionou-se contra a discriminação e considerou a homossexualidade algo que não prejudica a sociedade desse grupo e, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual¹⁷.

Quanto à transexualidade, intervenções cirúrgicas vêm sendo realizadas pontualmente desde a 2ª Guerra Mundial, porém ganharam mais frequência com os avanços da medicina, a partir da década de 1970. Em 1998, foi realizada a primeira cirurgia, autorizada pelo Conselho Federal de Medicina brasileiro⁴⁴, atualmente também normatizada pelo SUS³³.

Quanto à intersexualidade a “Declaração dos Direitos Sexuais”⁴⁵ exprime a orientação de que deixem de ser extirpados ou modificados órgãos sexuais e seja respeitada a manifestação da identidade sexual das crianças, dando fim à realização de cirurgias decididas apenas com base no próprio médico ou pela família do indivíduo, reivindicação que vem sendo acatada pelos centros de especialidade médica brasileiros.

Independentemente dessas mudanças legais, Perlongher⁴⁰ aponta que sempre houve estratégias

de movimentos conservadores que tentam a exclusão de pessoas diversas em sexualidade durante a história, como as campanhas visando a condenar a homossexualidade, observadas nos Estados Unidos, na década de 1950, e na Argentina, nos anos de 1976-1983, por isso a necessidade de sempre dar atenção à luta pela inclusão social e direitos humanos dessas minorias.

Conclusões

O Brasil vive um momento político tenso, onde um conservadorismo pautado em valores morais desconhece e ignora os estudos científicos que demonstram a riqueza da diversidade sexual humana. Ao mesmo tempo, por várias vezes, como diz Fausto-Sterling, as ciências biológicas são utilizadas como argumentos para travar argumentos morais e se constituir enquanto força política pautada pela cultura e pelo interesse de controle da sexualidade⁴⁶. Da mesma forma, como apontou Ribeiro e Rohden⁴⁷, abordagens da mídia reforçam as explicações dos comportamentos sexuais e questões de gênero a partir de uma abordagem biologicista e de binarismo.

Divulgar as contribuições das Ciências Humanas e estudos científicos que retratem a diversidade, promover a compreensão, a exposição e a aceitação e integração da diversidade sexual humana na sociedade é um princípio democrático de garantir direitos humanos e cidadania a todas as pessoas indistintamente. Qualquer insegurança frente a essa questão representa desinformação e ameaça de retrocesso, como já ocorreu nas lutas pela emancipação das mulheres e agora frente as conquistas do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

São posições políticas que retardam o pleno desenvolvimento da sociedade e que recorrem a um naturalismo biológico quando lhe convém

⁴³ A concepção era que a sexualização da mulher gerava histeria por problemas de útero, ovário, etc.⁴⁴

destacar a reprodução. Assim, como sensatamente conclui Bourdieu⁴⁸:

“... sexismo é essencialismo como racismo, etnia ou classe (que visa a imputar diferenças sociais e historicamente instituídas a uma natureza biológica” (p.37).

Referências

1. Almeida MV. Antropologia e sexualidade: consensos e conflitos teóricos em perspectiva histórica. In Fonseca L, Soares C, Vaz JM. A sexologia - perspectiva multidisciplinar. vol. II. Coimbra: Quarteto; 2003. p.55-72.
2. Piaget J. O pensamento e a linguagem na criança. São Paulo: Martins Fontes; 1999.
3. Myers D. Psicología. Editorial Médica Panamericana: Madrid; 2006.
4. Wallon H. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Editora Manole; 1989.
5. Lévi-Strauss. O pensamento selvagem. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus; 1989.
6. Galvão AG. Jericoacoara Sonhada. Fortaleza: Ed. Anna Blume; 1995.
7. Burigo J. É preciso ter cuidado com o pensamento binário. (on line). Carta em tempo real; 30 mar 2016; 03h58. [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/e-preciso-ter-cuidado-com-o-pensamento-binario>
8. Dongo-Montoya AO. Diálogos com pensadores sobre educação - Marx e Piaget: aproximações teóricas e epistemológicas. Educa. Realid. 2017; 43(1):7-22. (on line). [acesso em: 19 out 2018]. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n1/en_2175-6236-edreal-2175-623660803.pdf
9. Rubin G. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo; 1993.
10. Foucault, Michel. Aula de 22 de janeiro de 1975. In: Foucault M. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes; 2001, p.69-100.
11. Loyola MA. (orgs). A sexualidade nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; 1998.
12. Malinowski B. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves; 1983.
13. Mead M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva; 1979.
14. Mott L. Etno-história da homossexualidade na América Latina. (comunicação). Seminário-Taller de História de las Mentalidades y los Imaginarios. Bogotá. Pontificia Universidad Javerina de Bogotá. Bogotá; 1994. [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12016/7631>
15. Moreira Filho FC, Madrid DM. A homossexualidade e a sua história. Intertemas; 4(4): 1-8. (on line). [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1646>
16. Facchini R, França IL. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009. 2013. Rev. Latit.; 7(1):12-32. (on line). [acesso em: 19 out 2018]. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1062/719>
17. São Paulo. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (SJDC/SP). Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP; 2014. 44p.
18. United Nations. General Assembly. Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. 4 May 2015; A/HRC/29/23 [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). População do Brasil. (on line). [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/box_popclock.php
20. Leite Síndrome de Turner. Genthe.org. Genética clínica. (on line). [acesso em: 8 junh 2018]. Disponível em <http://www.ghente.org/ciencia/genetica/turner.htm>
21. Redação Minha Vida. Síndrome de Klinefelter: sintomas, tratamentos e causas. In: Minha Vida. (on line). [acesso em: 8 jun 2018]. Disponível em <http://www.minhavidacom.br/saude/temas/sindrome-de-klinefelter>
22. Eliade M. Mefistófeles e o andrógino ou o mistério da totalidade. In: Mefistófeles e o Andrógino: comportamentos religiosos e valores espirituais nãoeuropeus. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1999. p77-129
23. Conner RP. Blossom of bone - reclaiming the connections between homoeroticism and the sacred. San Francisco: Harper San Francisco; 1993.

24. Foucault M. História da sexualidade – a vontade de saber (vol. 1). Rio de Janeiro: Graal; 1997.
25. Machado PS. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*. 2005; (24):249-281.
26. Mauss M. Sociologia e antropologia. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ubu Editora; 2017.
27. Green R. Mythological, historical and cross-cultural aspects of transsexualism. In: Denny D, editor. *Current concepts in transgender identity*. New York: Garland Publishing; 1998. p.3-14.
28. Fernandes ER. Homossexualidade indígena no Brasil: um roteiro histórico-bibliográfico. *Aceno*. 2016; 3(5):14-38.
29. Lopes ACV. *Transexualidade: reflexos da redesignação sexual*. (Especialização). Pontifícia Universidade Católica de Minas. Belo Horizonte; 2009. [acesso 8 junh 2018]. Disponível em: http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/229.pdf
30. Meyer-III W, Bockting W, Cohen-Kettenis P, Coleman E, DiCeglie D, Devor H, et al. The standards of care for gender identity disorders. *Journal of Psychology & Human Sexuality*; 2002; 13(1):1-30. [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1300/J056v13n01_01?nedAccess=true
31. Athayde AVL. Transexualismo masculino. *Arq Bras Endocrinol Metab*. 2001; 45(4):407-414.
32. Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório de violência homofóbica no Brasil. Brasília: Brasília; 2013
33. Rocon PC, Sodré F, Zamboni J, Rodrigues A, Roseiro MCFB. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde?. *Interface comunicação saúde educação*, 2018; 22(64):43-53.
34. Spencer C. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record; 1999.
35. Kinsey A, Pomeroy WA, Martin CE. *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: WB Saunders; 1948.
36. McConaghy N, Hadzi-Pavlovic D, Stevens C, Manicavasagar V, Buhrich N, Vollmer-Conna U. Fraternal birth order and ratio of heterosexual/homosexual feelings in women and men. *J Homosex*. 2006; 51(4):161-74.
37. Muraro RM. Breve introdução histórica. In: Kramer H, Sprenger J. *O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos; 1991.
38. Ávila MB. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as Políticas de Saúde. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública. 2003; 19(Sup.2): 465-469.
39. Platão. *A República*. Belém: EDUFPA; 2000.
40. Perlongher. N. *O negócio do michê – a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2008.
41. Godelier M. *La production des grands hommes*. Paris: Fayard; 1996.
42. Zeldin T. *Uma história íntima da humanidade*. Rio de Janeiro: Edições BestBolso; 2008.
43. Showalter E. *Anarquia sexual – sexo e cultura no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco; 1993.
44. Couto ES. *Transexualidade: o corpo em mutação*. Salvador: Grupo Gay da Bahia; 1999.
45. Declaração dos direitos sexuais. [acesso em: 8 out 2018]. Disponível em: <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf>
46. Ribeiro CR, Rohden F. A ciência na mídia e as estratégias de reafirmação da bipolaridade entre os gêneros: o caso do Globo Repórter. *Cad. Pagu*. 2009; (32):267-299.
47. Fausto-Sterling A. Dualismos em duelo. *Cad Pagu*. 2001; 2(17/18):9-79.
48. Bourdieu P. *A dominação masculina*. Tradução Guacira Lopes Louro. Educ. Realid. 1995; 20(2):133-184.